

2015/11/28

Revalorização estratégica de Portugal¹

José Neto Simões²

“Nenhum vento será favorável se não soubermos o Porto de destino” (Sêneca, Ano IV a-C).

1. INTRODUÇÃO

A Europa está rodeada de crises e passou a ser ela própria a crise - produtora de crises - com contradições insanáveis e clivagens na geografia dos povos, que conduz à desconfiança e rejeição da unidade europeia. Crise de confiança! Renovação ou declínio.



É tempo de revisitar os fundamentos da integração europeia. Não pode haver aprofundamento da UE sem reforço da democracia com fuga à vontade dos povos e escrutínio democrático.

As disrupções no modelo económico, político, social e de segurança na UE, têm vindo a criar perplexidades, problemas endógenos e ambiguidades, que os diferentes Estados têm encontrado. As hesitações, tensões e dúvidas que persistem, exigem pensar o posicionamento estratégico dos Estados.

A falta de conceito estratégico há muito reclamado - causa essencial das dificuldades que a UE enfrenta -, com os “interesses comuns” deslaçados dificulta a consolidação do projecto mobilizador só por estadistas.

É de avisada prudência a reconfiguração da arquitectura de defesa da UE sem condicionar a capacidade militar autónoma dos Estados. E, as Forças Armadas, como instrumento da política externa devem assegurar os interesses permanentes e o património geoestratégico.

2. DESAFIOS À ESCALA GLOBAL. CRISE DE SEGURANÇA

A aceleração da globalização gerou a nova desordem internacional, caracterizada pelo aumento de conflitualidade, com subversão das hierarquias do sistema

¹ O presente artigo é a versão completa do publicado no Jornal “Público”, n.º 9235, de 28 de Agosto de 2015.

² Capitão-de-Fragata SEF (Reserva). O autor não segue o acordo ortográfico.

mundial e disfunções nos equilíbrios entre poderes e centros de decisão. E alterações do ambiente estratégico que condicionam o interesse nacional.

As transformações registadas ao nível da geopolítica, da economia e do desenvolvimento tecnológico combinadas e interligadas com os efeitos da globalização, estão a conduzir ao declínio do Estado-Nação, à emergência de novos actores não estatais. A crise global do sistema capitalista acentua-se com a emergência de uma espécie de “desordem financeira global” em que a política e a economia se submetem à geofinança.

A crise financeira e económica³ transforma-se também numa crise de segurança, comprometendo o exercício da autoridade do Estado e as funções de soberania (Segurança, Defesa, Justiça e também se devia incluir a Educação). Existe a possibilidade da crise financeira se poder conjugar com uma grave crise ecológica. Neste contexto, importa salientar o perigo de interconexão dos riscos globais e a incapacidade de lhes fazer frente.

O poder executivo não deve, por isso, estar condicionado apenas em função de critérios financeiros ou estranhos ao interesse nacional. A necessária racionalização de custos não pode ser confundida com iniciativas meramente economicistas ou contabilísticas, redutoras da Segurança Nacional⁴.

No actual ambiente estratégico prevalecente e previsível, impõe-se a adopção de políticas públicas sérias, no âmbito da Segurança Nacional, que é essencial para assegurar condições ao crescimento económico e desenvolvimento e, sem este, não é possível gerar recursos para garantir a segurança ao nível internacional, na Europa e em Portugal. Isto é, a segurança e desenvolvimento são um binómio indissolúvel.

Nestas circunstâncias, e considerando a necessidade de uma melhor articulação entre segurança e defesa, o País necessitaria um Conceito Estratégico de Segurança Nacional (CESN), que substituísse o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), englobando as diferentes dimensões do desenvolvimento e segurança.

O CEDN assume-se com “presunção” como Estratégia Nacional com sectores do Estado que nem sequer foram consultados. A Estratégia Nacional – ainda não estabelecida ao nível do Estado - devidamente consensualizada é que permitirá enquadrar a visão do futuro, as reformas estruturantes, integrando as estratégias sectoriais e assegurando a continuidade das opções assumidas.

³ No “*World Economic Fórum 2013*” realizado em Davos (“mão invisível” que governa o sistema de economia global), que tinha como tema “O Dinamismo Resiliente”, foram debatidas as crises, volatilidade dos mercados, possível guerra de divisas e a insegurança e incertezas globais. Foi também analisada a possibilidade da crise financeira se poder alargar por contágio e a sua conjugação com uma grave crise ecológica.

⁴ A Segurança Nacional tem evoluído para um conceito mais alargado e integrado da segurança e defesa, segurança cooperativa e segurança humana. Inclui a resposta a ameaças militares, mas também de natureza não militar e riscos que possam afectar o País. Considerando o conceito estabelecido pelo IDN, a Segurança Nacional é o objectivo do Estado e a Defesa Nacional é uma actividade para a alcançar, cujo carácter intersectorial permite a individualização de uma das suas componentes, a Defesa Militar, que é assegurada pelas Forças Armadas.

O referido CESN possibilitaria ainda um levantamento, mais rigoroso, das capacidades para enfrentar os riscos e as novas ameaças⁵ - militares e não militares que com probabilidade podem afectar o País -, tornando sustentável um novo modelo estratégico para a segurança e defesa nacional. Porém, existem constrangimentos de ordem legislativa que urge resolver, designadamente o conceito de segurança nacional, ameaças transnacionais e a cooperação entre as FA e Forças de Segurança - combate ao terrorismo e crime organizado -, que poderiam ser ultrapassadas através de uma Lei de Segurança Nacional.

3. CRISE EUROPEIA. REPENSAR A ESTRATÉGIA DE PORTUGAL

Portugal não conseguiu fortalecer a sua posição na UE, fazendo prevalecer a sua mais valia oceânica e o seu potencial estratégico. Os líderes têm que ser exigentes com intervenção firme na defesa dos interesses do país sem subalternização. A saída da crise só será viável com uma acção concertada dos países do Sul.

Contudo, Portugal não pode ficar refém da Europa, condicionada pelas decisões da hegemonia defensiva da Alemanha, cujo projecto de solidariedade e coesão social - concretizados nos Tratados internacionais - foi "subvertido" pelo euroliberalismo conservador e uma visão imprópria das relações internacionais.

Pior que a humilhação da submissão é aceitar a mediocridade e a austeridade sem alternativa. E a falta de dimensão da política externa sem aproveitar os recursos e a posição geográfica única de Portugal. Quais as grandes opções da nossa política europeia no âmbito da imprescindível e consensual Estratégia Nacional?

Portugal reclama uma nova presença na globalização. O modelo económico a construir no contexto do Euro-Atlantismo deve ter um enquadramento mais flexível e diversificado, privilegiando o desenvolvimento e modernização dos sectores produtores de bens transaccionáveis - produtos e serviços susceptíveis de vencer a concorrência nos mercados interno e externo em virtude das suas características de inovação, tecnologia e valor.

Por outro lado, a extensão do espaço marítimo no Atlântico resultante da fusão da ZEE e da extensão da Plataforma Continental (PC)⁶ será equivalente à dos países da UE (ou Índia)⁷. Ou seja, o território sob jurisdição portuguesa aumenta mais de

⁵ O CEDN identificou e classificou como principais riscos e ameaças à Segurança Nacional: "vizinhança" (caudais de águas nos rios peninsulares, efeitos radioactivos de eventual ataque terrorista a instalações nucleares em Espanha, possibilidade de vagas de imigração clandestina do Norte de África); "globais" (terrorismo transnacional e criminalidade organizada e cibercriminalidade); "ambientais" (alterações climáticas, atentados aos ecossistemas e as pandemias e outros riscos sanitários).

⁶ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, veio criar um regime jurídico relativo ao mar. A CNUDM introduziu alterações aos critérios na delimitação e jurisdição sobre a PC de cada um dos Estados costeiros, consagrando a possibilidade da sua extensão para além das 200 milhas. Os trabalhos científicos de alargamento da PC tiveram início a partir de 2005 tendo sido apresentada a respectiva proposta às Nações Unidas em 2009, que serão discutidos em 2016, pela Estrutura de Missão dos Assuntos do Mar (EMAM) na dependência do MDN. Mas a proposta da sua extensão já permite a Portugal exercer direitos de soberania exclusiva sobre o solo e subsolo marinhos para exploração e aproveitamento dos imensos recursos naturais.

⁷ O País possui actualmente uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) equivalente a 20 vezes o território terrestre - a 3ª mais extensa da UE e 11ª maior área a nível mundial - a sua dimensão corresponde à superfície terrestre ocupada pela Espanha, França, Itália e Alemanha.

40 vezes o território nacional, passando 97% do território a ser de natureza marítima. Esta dimensão conjugada com os factores estratégicos, da posição dos arquipélagos, com toda a rede de portos, rotas comerciais e rotas energéticas conferem a Portugal um elevado potencial estratégico que tem de ser devidamente valorizado e integrado numa Estratégia Nacional.

Além do mais, a crise que o país enfrenta exige um novo paradigma de desenvolvimento, que só uma adequada concepção da Estratégia Nacional (ou grande Estratégia global do Estado) permitirá enquadrar, de forma coerente, as reformas estruturantes que o País reclama, alicerçada na integração das várias políticas nacionais para cada sector do Estado. Possibilitaria ainda a integração apropriada dos diversos factores de potencial estratégico, através dos objectivos a alcançar e das principais orientações sectoriais, garantindo a prossecução das opções adoptadas.

Em Portugal existem vários documentos ao nível estratégico, mas os diversos governos não têm garantido continuidade às opções assumidas, o que limita o desenvolvimento articulado de políticas sectoriais. Todavia, parece ter sido esquecido o método da estratégia. Isto é, formular uma visão e objectivos a atingir, de acordo com o País e aquilo que somos, no seu espaço, população, recursos e estruturas, para avaliar capacidades, potencialidades e vulnerabilidades - num exercício prospectivo de médio e longo prazo -, tendo em conta o enquadramento do ambiente estratégico.

O CEDN identifica como objectivo nacional a valorização da vocação Atlântica, cuja unidade antecipa a necessidade de uma nova comunidade transatlântica para garantir a segurança não só das linhas de comunicação marítimas, mas também das reservas energéticas e de matérias primas cuja importância se vai consolidar com o desenvolvimento da nova economia do mar.

A valorização da posição geopolítica de Portugal permitirão reforçar as relações externas da componente militar da Política de Defesa Nacional, junto da UE e da África lusófona, com base nas oportunidades presentes no Atlântico Sul, designadamente do Golfo da Guiné (GdG).

O oceano Atlântico⁸ adquire renovada importância geoestratégica emergindo uma nova ordem energética que disputa a influência dos países do Médio Oriente e da Federação Russa no sistema internacional. Os recursos são significativos: 91 % das reservas de petróleo localizadas no *offshore* no mundo estão no oceano Atlântico. A produção hoje do *deep offshore* já é cerca de oito milhões de barris por dia⁹. Por isso, reúne condições para vir a constituir uma plataforma essencial para o fluxo de recursos energéticos.

⁸ O Atlântico é o 2º maior Oceano depois do Pacífico, que liga mais países e ocupa cerca de 20 % da superfície terrestre e 26 % da água do Planeta numa extensão que ronda os 106 milhões de Km². É neste vasto espaço que se insere o Atlântico Sul, do Brasil, a Angola passando pela Guiné até aos gelos da Antárctida, com um cordão de ilhas que foram baptizadas também em português, entre elas, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. A elas se ligam setentrionalmente a Madeira e os Açores. Há aqui uma continuidade física, como que sugerindo uma afinidade entre o Atlântico Sul e o seu vértice externo, ligado a Portugal.

⁹ Silva, António Costa (2012). "Portugal: país arquipélago. Contributo para a definição de um conceito estratégico para o século XXI". Relações Internacionais nº35. Pp. 119-136. Lisboa: Edições Tinta-da-China.

Neste contexto, a segurança marítima do GdG tornou-se uma prioridade estratégica para os EUA e UE empenhados na segurança africana e reforço da segurança atlântica face à necessidade de diversificar fontes de abastecimento energético¹⁰. O GdG representa 70% da capacidade de produção de petróleo e gás de toda a África, sendo que o continente, globalmente, é responsável, respectivamente, por 13% e 7% da produção mundial, tendo a 4ª e a 5ª posições mais importantes. O projecto de gasoduto entre a Nigéria e o Mediterrâneo deverá intensificar as exportações de gás para a Europa, que se efectuam por via marítima.

Importa também potenciar as vantagens competitivas únicas, que os portos podem proporcionar, como porta Atlântica da Europa em articulação com a rede de plataformas logísticas, quando se perspectiva uma enorme revolução nos fluxos do comércio mundial provocada pela ampliação do canal do Panamá e a conclusão do projecto ferroviário chinês entre as duas margens da Colômbia.

Nestas circunstâncias, Portugal tem um potencial relevante para dar um contributo útil à operacionalização de uma visão integrada do Atlântico. E tem experiência da região, com proximidade política dos principais intervenientes, relações privilegiadas com o Sul, e tem a ambição de desempenhar um papel activo. Estas alterações geoestratégicas devem levar Portugal a alargar a liberdade de acção, com uma estratégia euro-atlântica para se aproximar das regiões e actores globais mais inovadores, que possam ver no país actividades que permitam ascender a patamares elevados de, conhecimentos, competências e conexões. No entanto, as elites não têm revelado capacidade transformadora de modernização do país com reformas e investimentos direccionados para um projecto de mudança.

Desde a integração na UE que temos vivido de costas para o mar. É preciso encontrar um equilíbrio numa estratégia articulada com a utilização do mar como principal vector estratégico para o desenvolvimento. O país tem uma dupla necessidade vital do mar. Por um lado, a manutenção da sua própria identidade, e ainda a importância económica do mar, o seu conhecimento, inovação, tecnologia e a sua segurança são indispensáveis à ligação das actividades marítimas e essenciais à sobrevivência do país.

Portugal é a porta da Europa para Américas, África e Oriente. O país só pode ter futuro, se souber conciliar e consolidar a inserção geopolítica na Europa e, simultaneamente, reforçar a sua posição na globalização que obriga às mudanças estruturais. *“Portugal conseguirá ser na Europa o que conseguir ser fora dela”* (Luís Amado). Mas a liderança política tem de saber reforçar o peso negocial compensando a perda parcial de soberania. E influenciar a participação nas soluções, designadamente a resolução das assimetrias provocadas pelo euro, competitividade e mutualização de algumas despesas sociais.

4. DESAFIOS ESTRATÉGICOS E O FUTURO

¹⁰ O GdG é uma das regiões mais ricas do globo em recursos naturais, onde habitam cerca de 260 milhões de pessoas, produz cerca de 6 milhões de barris de petróleo por dia. Estão neste momento identificadas reservas de 44 mil milhões de barris de petróleo e 5 mil triliões de litros de gás natural o que toma a região vital no contexto económico mundial. E existem um terço das reservas de diamante do mundo, ouro e minérios estratégicos (urânio, magnésio, níquel, alumínio e cobre) cacau e recursos piscatórios.

O problema da Europa além de ideológico é geográfico. Existe uma clivagem entre as decisões dos países do Norte (credores) e as preocupações dos países do Sul (devedores) com uma transferência de valor efectivo dos países deficitários para os países excedentários sem políticas de compensação.

Urge evitar a mistura explosiva entre o medo, sofrimento, empobrecimento e arrogância. Uma inversão deste rumo destruidor passará por fazer novas alianças para encontrar soluções de interesse comum. Nesse sentido, parece ser estratégica uma aliança da posição a adoptar com os países do Norte. A criação de uma parceria dos países do SUL (EUROSUL) – como a Iniciativa da Europa Central¹¹ (*Mitteleuropa*)¹²-, que permita potenciar as relações e parcerias com a bacia mediterrânica e Norte de África imprimindo impulso ao processo de Barcelona (EUROMED). Esta iniciativa poderá ter efeito de persuasão sobre Berlim.

A arquitectura da nova estratégia para o EUROSUL teria como fundamento a “Parceria de confiança na cooperação”. O principal objectivo de um Conceito Estratégico a definir deve estar centrado na necessidade de “envolver e integrar para conter”, com apoio dos EUA, na construção de relações mutuamente benéficas ao crescimento económico e desenvolvimento sustentado. E os princípios fundadores deverão ser unir, mobilizar e agregar com solidariedade e coesão social.

Sendo o mar um elemento comum a todos os países da EUROSUL com importantes linhas de comunicação marítimas globais e enorme fonte de recursos o controlo do seu uso é um factor estrategicamente relevante para a segurança e economia dos seus países sendo crucial potenciar a sua maritimidade.

Neste contexto, torna-se fundamental e prioritário a criação de um modelo energético descentralizado, mais híbrido e flexível, a definição de uma nova política para as Reservas Estratégicas de Petróleo e Gás e dos mecanismos de utilização, a diversificação das fontes de abastecimento da Europa, para evitar a dependência da Rússia, com a valorização da Bacia Atlântica, do Mediterrâneo e Norte de África e das ligações à Ásia Central através da Turquia. E com infra-estruturas que deverão ser melhoradas.

Fazendo prevalecer a mais valia oceânica e o seu potencial estratégico na sua ligação com as comunidades transatlântica e mediterrânica, importa também saber tirar vantagens competitivas únicas que os portos podem proporcionar como porta

¹¹ A Iniciativa da Europa Central (CEI) é o maior Fórum de Cooperação regional entre os 18 Estados membros da Europa Central, Oriental e Sul Oriental constituída por 9 membros que pertencem à UE (Áustria, Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Itália, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia) e 9 não pertencentes à UE (Albânia, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia, Moldávia, Montenegro, Sérvia, e Ucrânia). A região da Europa Central engloba um território de 2,4 milhões de Km² e uma população de 260 milhões de pessoas. Desde a sua criação, a Iniciativa da Europa Central tem estado empenhada em cumprir seu mandato: o fomento do desenvolvimento político e socioeconómico da região, destinado a serem evitadas novas linhas de divisão na Europa.

¹² O termo alemão Mitteleuropa significa Europa Central e foi utilizado em alguns mapas anteriores ao século XIX, mas tem diversas conotações como um ideal cultural de um espaço multinacional ou visões políticas e étnicas mais agressivas, como a prussiana, que acabaram por ser adoptadas por geopolíticos nazis no sentido imperial alemão. Utilizado nos dias de hoje traduz o espaço geoeconómico da Europa Central que acaba por estar sob a influência da Alemanha.

de entrada da Europa e Eurásia em articulação com a rede de plataformas logísticas.

Em síntese, o novo projecto político e económico contribuiria de modo significativo para reequilibrar a balança de poderes fazendo o EUROSUL a ponte entre a Europa e o Extremo Oriente colaborando decisivamente para uma maior estabilidade na segurança regional e internacional.

Os governos tinham obrigação de pensar o futuro, através de uma visão e pensamento estratégico sem alienação da sua vontade de participar activamente na política internacional, quando os mecanismos da geofinança e euroburocracia anulam os interesses dos países periféricos.

Portugal terá de pensar nos seus interesses – não os outros por nós – com novas parcerias de geometria variável (Norte de África, Médio Oriente e Ásia), que podem maximizar o nosso “poder funcional”¹³.

É este “poder funcional”, concedido pela posição geográfica privilegiada do território português, especialmente na sua valência marítima e arquipelágica, que tem caracterizado o poder internacional de Portugal face à carência de capacidade material. Não obstante o decréscimo de relevância geoestratégica no pós - Guerra - Fria, o “Triângulo Estratégico Português” (Continente – Açores – Madeira), constitui um ponto charneira entre o Continente Europeu, as Américas e o Continente Africano, por ele transitando grande parte do tráfego aéreo e marítimo intercontinental.

Os interesses vitais de Portugal devem ter em conta a Nação marítima que sempre foi e continuará a ser, pelas nossas potencialidades que são o território, posição geográfica e carácter do povo. E a diáspora.

A Diáspora que representa também um activo precioso com um enorme potencial ainda não explorado. São quase 5 milhões de portugueses, verdadeiros embaixadores de Portugal e o vértice primeiro da defesa e afirmação da cultura portuguesa além-fronteiras.

Há coisas que jamais poderemos alterar: a geografia e a história. Por isso, o reforço da nossa integração na UE tem de ser vista também na geografia atlântica, que vai regressar ao centro da política mundial com acordo de livre comércio entre EUA e UE onde o Atlântico adquire renovada importância.

No ambiente estratégico caracterizado pela insegurança, o Atlântico¹⁴ assume uma importância geopolítica relevante na disputa de uma nova ordem mundial. O Atlântico passou a ser visto como um espaço complementar de desenvolvimento que beneficiaria os EUA e a UE, fazendo crescer novos mercados potenciais com elevados recursos naturais numa região – África Ocidental e América do Sul – em expansão criando um espaço económico mais aberto e integrado.

A importância do Atlântico Sul tem-se evidenciado no cenário global na mesma proporção em que se projecta e com impulso cada vez maior, a presença sul-

¹³ Capacidade de submeter as grandes potências, usando a função mundial desempenhada pelos países interessados, a uma razoabilidade que a prática da ética não tem conseguido “consideração de todos os interesses envolvidos – em contraposição à lógica meios - fins” (Adriano Moreira).

¹⁴ Grande espaço denominado, por Mackinder, o “Grande Oceano”.

americana e africana, seja pelo desenvolvimento económico e social, seja pelas descobertas de enormes reservas minerais e petrolíferas, seja pelos seus abundantes recursos de biodiversidade.

No âmbito da actual conjuntura estratégica, é sabido que África representa cada vez mais o palco de disputa de interesses estratégicos, principalmente relacionados com os recursos energéticos, sendo a influência nesta região partilhada por interesses americanos, europeus, e asiáticos.

É tempo de diversificar as nossas relações. Portugal não é pequeno e periférico se considerarmos a Plataforma Continental e a posição de charneira entre três continentes – Europa, África e América – em que o mar altera a nossa periferia em centralidade Atlântica.

Pela geografia, e pela definição dos interesses dos Estados e dos grandes espaços em que estão incluídos, Portugal está na articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, na sua articulação com a segurança do Mediterrâneo e com os Estados de Língua Portuguesa na CPLP, que têm no Atlântico Sul uma importante e forte presença. Dos nove países da CPLP cinco pertencem à região do Golfo da Guiné (GdG).

A Lusofonia institucionalizada na CPLP contém elevado potencial na língua pessoas e no mar, mas também ao nível económico (cerca de 4% do PIB mundial), através da projecção estratégica na globalização.

A Lusofonia, enquanto contexto estratégico com elevado potencial de desenvolvimento, é um vector que pode, potenciar o valor estratégico, mas também político e económico. A Lusofonia, institucionalizada na CPLP, possui três activos fundamentais com elevado potencial de desenvolvimento e afirmação: a língua, as pessoas e o mar.

Sendo o mar um elemento comum dos países da CPLP- com costas importantes, vastas áreas marítimas¹⁵ e extensões arquipelágicas -, situados muito perto das grandes linhas de comunicação marítimas globais, seria de grande alcance estratégico a promoção de uma visão estratégica integrada, que permitisse estabelecer uma Estratégia Marítima da CPLP com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional

A criação de uma Força naval de apoio humanitário poderia constituir um instrumento decisivo dessa estratégia. Neste âmbito, o mar poderá conferir projecção estratégica a Portugal na ligação à Europa e Atlântico Sul, bem como Sudeste Asiático e à Oceânia.

A CPLP devia também constituir para Portugal uma plataforma estratégica para a sua inserção na globalização reforçando as relações bilaterais e multilaterais e potenciando relações económicas e empresariais dos seus Estados-membros, através da diplomacia económica.

¹⁵ Dispõem também de vastas áreas marítimas sob as respectivas jurisdições nacionais, que perfazem no seu conjunto cerca de 7,6 milhões de km² de mar, significando cerca de 2,5% da superfície marítima do globo e materializando uma imensidão de rotas comerciais, recursos estratégicos e de potencialidades geoestratégicas e geopolíticas que importa conhecer e potenciar

A CPLP detém hoje um Produto Interno Bruto (PIB) agregado superior a 2,5 mil milhões de dólares e mais de um milhão de empresas. Para além do mercado interno de cada país, juntam-se os mercados das diferentes regiões económicas associadas aos países da CPLP, passando dos 260 milhões consumidores para um mercado potencial de cerca de 1,8 mil milhões de consumidores. Uma Comunidade distribuída por nove países, quatro continentes e seis comunidades económicas regionais – UE, MERCOSUL, CEDEAO, CEEAC, SADC, e futuramente a ASEAN¹⁶.

A língua portuguesa assume-se também como um activo estratégico, como veículo de cultura, de ciência e de empreendedorismo sendo por isso um instrumento de poder. A sua importância para a competitividade da nossa economia é evidente. Num estudo recente, estimou-se que as indústrias e os serviços em que a língua portuguesa é um elemento-chave representam 17 % do PIB português¹⁷.

5. SINTESE CONCLUSIVA

O reforço do vínculo transatlântico da maritimidade europeia, com a valorização do Atlântico Sul, contribui para a revalorização geoestratégica de Portugal no Sistema Internacional sendo-lhe concedida centralidade nos “grandes espaços” o que potencia a sua presença em cada um deles, através de parcerias de geometria variável - diversifica a geopolítica -, conferindo ao País uma maior autonomia estratégica.

Potenciar o posicionamento geoestratégico de Portugal como nação oceânica implica a coordenação estratégica de políticas sectoriais e também saber articular três áreas prioritárias: a defesa nacional, o sector marítimo-portuário, a diplomacia e cooperação internacional, com a criação de vantagens competitivas, que geram valor acrescentado nas suas relações, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País.

O Mar, a Lusofonia e o Atlântico devem constituir um desígnio nacional em que o funcionamento em rede - característica decisiva do sucesso da expansão marítima - com as Comunidades Portuguesas e a CPLP conferem a Portugal maior projecção estratégica intercontinental. Essa projecção poderá potenciar relações com a Ásia, centro de gravidade da economia mundial, que é a chave para fortalecer a posição de Portugal na Europa.

A elite política, não tem sabido conduzir o que é estrategicamente decisivo para Portugal. Só com enquadramento mobilizador e unidos com patriotismo, consciência cívica e determinação, conseguiremos enfrentar o momento difícil da nossa história para a construção de um futuro melhor.

¹⁶ UE (União Europeia) MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), SADC, (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e futuramente a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

¹⁷ Estudo sobre “O Valor Económico da Língua”, encomendado pelo Instituto Camões em Setembro de 2007, e desenvolvido desde então por uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).